

Demonstrações Financeiras

CASH SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 41.429.389/0001-72

31 de dezembro de 2021

Cuiabá - MT, 03 de agosto de 2022.

Aos acionistas da

**CASH SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.**

Senhores Acionistas,

A Administração da **CASH SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 01 de abril de 2021 de acordo com as leis brasileiras vigentes e tem como objetivo social (I) securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades.

**CASH SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.**

Diretor Presidente  
Roni Henrique Mendonça

## CASH SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 41.429.389/0001-72

### Balço Patrimonial dos Períodos findos em:

(Em Reais)

<b><u>ATIVO</u></b>	<b><u>Notas</u></b>	<b><u>01/04/2021 a 31/12/2021</u></b>
<b>Ativo Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.143.448
Impostos a Compensar		32.385
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>20.175.833</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>20.175.833</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>		
<b>Passivo Circulante</b>		
Obrigações tributárias		4.580
Administração de carteira	6	20.095.571
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>20.100.151</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	7	
Capital Social Subscrito		10.000
(-) Capital Social a integralizar		(3.000)
Resultado do período		68.682
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>75.682</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>20.175.833</b>

## CASH SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 41.429.389/0001-72

	<u>Notas</u>	<u>01/04/2021 a</u> <u>31/12/2021</u>
<b>Receitas operacionais</b>		<b>123.251</b>
Receita de Serviço		123.251
(-) Deduções da Receita		(11.894)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>111.357</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	8	
Despesas gerais e administrativas		(20.336)
<b>Total das despesas operacionais</b>		<b>(20.336)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>91.021</b>
Despesas Financeiras	9	(650)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(650)</b>
<b>Resultado antes das provisões</b>		<b>90.371</b>
(-) Provisão para contribuição social		(8.133)
(-) Provisão para imposto de renda		(13.556)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>68.682</b>

## CASH SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 41.429.389/0001-72

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em:  
(Em Reais)

	<b>Capital Social Subscrito</b>	<b>(-) Capital Social a integralizar</b>	<b>Reserva de Lucros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 01/04/2021</b>	<b>10.000</b>	<b>(10.000)</b>		
Integralização de Capital		7.000		7.000
Resultado do Exercício			68.682	68.682
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>10.000</b>	<b>(3.000)</b>	<b>68.682</b>	<b>75.682</b>

## CASH SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 41.429.389/0001-72

	<u>01/04/2021 a</u> <u>31/12/2021</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	90.371
	<u>90.371</u>
<b>(Aumento)/Diminuição das contas ativas</b>	
Impostos a compensar	(32.385)
<b>Aumento/(Diminuição) das contas passivas</b>	
Obrigações Tributárias (exceto IRPJ e CSLL)	3.064
Outros Créditos	20.095.571
	<u>20.158.137</u>
<b>Caixa usado nas operações</b>	
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(20.173)
	<u>20.136.448</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	
Integralização de Capital Social	7.000
	<u>7.000</u>
<b>AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<u><u>20.143.448</u></u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	20.143.448

## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021**

---

### **1) CONTEXTO OPERACIONAL**

---

A Cash Securitizadora de Créditos S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, criada em 01 de abril de 2021, e tem como objeto social a securitização de quaisquer direitos creditórios; emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; cessão dos direitos creditórios; prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Avenida Miguel Sutil, número 8.000, Edifício Santa Rosa Tower, sala 1.102, Bairro Santa Rosa, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.040-365.

### **2) RISCOS**

---

#### **2.1 Risco de mercado:**

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

#### **2.2 Política anti-inflacionária:**

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

#### **2.3 Risco institucional:**

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios

agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

#### **2.4 Risco fiscal**

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

#### **2.5 PIS/ COFINS:**

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

#### **2.6 Risco Operacional:**

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

#### **2.7 Direitos Creditórios:**

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um

cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

#### **2.8 Risco de Crédito:**

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

#### **2.9 Inadimplência:**

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

### **3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

#### **Declaração de conformidade:**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos

CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro  
CPC 24 – Evento subsequente  
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes  
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis  
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro  
CPC 48 – Instrumentos Financeiros

### **Continuidade**

A administração concluiu não haver incertezas materiais sobre a continuidade dos negócios, sendo que avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende dar continuidade aos negócios. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

## **4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

---

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

### **4.1 Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

## **4.2 Reconhecimento de receita**

### **i. Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

### **ii. Receita de juros**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

### **iii. Receita de securitização**

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

## **4.3 Reconhecimento de despesas**

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

#### 4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

#### 4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

#### **4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

#### **4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 não identificou ajustes a serem contabilizados.

#### **4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios**

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2021 a administração não identificou nenhuma situação para que sejam consideradas as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.

#### **4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

#### **4.10 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **4.11 Tributos a compensar**

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extracontábeis dos créditos a

compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

#### **4.12 Informações por segmento**

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

#### **4.13 Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### **4.14 Evento Subsequente**

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

## 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

---

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2021</b>
Bancos conta movimento	84.482
Aplicação de Liquidez Imediata	20.058.966
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20.143.448</b>

## 6) ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRA

---

A rubrica “Administração de carteira” refere-se a contrato de administração de contas a receber e a pagar que a Companhia possui com um cliente, o qual repassa mensalmente a agenda financeira para que a Securitizadora possa efetuar os agendamentos necessários para administração da carteira do cliente:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2021</b>
Valores – Administração de carteira	20.095.571
<b>Total – Administração de carteira</b>	<b>20.095.571</b>

## 7) PATRIMONIO LÍQUIDO

---

### **Capital Social**

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), representado por 10.000 (Dez mil) ações ordinárias, sem valor nominal, sendo até o momento integralizado o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

### **Resultado do exercício**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia auferiu um lucro no valor de R\$ 68.681,93 (sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais e noventa e três centavos), destinados a conta de reserva de lucros.

### **8) RESULTADO OPERACIONAL**

---

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

<b>Descrição (em reais)</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Receitas operacionais</b>	<b>111.357</b>
Receita de Serviços	123.251
(-) PIS	(801)
(-) COFINS	(4.930)
(-) ISS	(6.163)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(20.336)</b>
Despesas operacionais	(20.336)
<b>Resultado operacional líquido</b>	<b>91.021</b>

### **9) RESULTADO FINANCEIRO**

---

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

<b>Descrição (em reais)</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(650)</b>
Despesas bancárias	(592)
Juros	(56)
IOF	(2)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(650)</b>

### **10) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

---

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes

instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

**Valorização dos instrumentos financeiros:**

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

**Caixa e equivalentes de caixa (nota 5):** os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Cuiabá – MT, 03 de agosto de 2022.

---

Roni Henrique Mendonça  
Diretor Presidente

---

Karine Simões dos Santos Mendonça  
Diretor Vice-Presidente

---

Juliano dos Santos Machado  
Contador: CRC/PR - 051229 "S" MT